

## XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

### GT 10 – Informação e Memória

#### MEDIAÇÃO EM DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO

##### *MEDIATION IN MEMORY AND INFORMATION DEVICES*

**Caio Vargas Jatene** – Universidade de São Paulo (USP)

**Nair Yumiko Kobashi** – Universidade de São Paulo (USP)

#### Modalidade: Trabalho Completo

**Resumo:** Este trabalho discute a mediação em dispositivos de memória e informação sobre as ditaduras civis-militares latino-americanas. Analisa-se o conceito de dispositivo de memória e os processos de mediação em serviços de informação. Esses dispositivos, que emergem em períodos de transição de regimes de exceção para a democracia, desempenham um papel crucial na preservação e ressignificação da memória coletiva. A análise aborda a ressignificação de lugares traumáticos e os processos de mediação nesses espaços, destacando os impactos das políticas públicas na historicização do passado e na conscientização da sociedade. Este estudo evidencia como a mediação pode contribuir para a construção de uma memória coletiva e o fortalecimento da democracia.

**Palavras-chave:** mediação; dispositivos de memória; ditaduras civis-militares; América Latina; memória coletiva.

**Abstract:** This paper discusses mediation in memory and information devices about Latin American civil-military dictatorships. It analyzes the concept of memory devices and the information mediation processes in information services. Memory devices emerge during transitions from exceptional regimes to democracy and play a crucial role in preserving and re-signifying collective memory. This study highlights how mediation can contribute to building collective memory and strengthening democracy. The analysis addresses the re-signification of traumatic places into information services and the mediation processes in these spaces, highlighting the impacts of public memory policies on historicizing the past and raising societal awareness.

**Keywords:** mediation; memory devices; civil-military dictatorships; Latin America; collective memory.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva discutir, em uma primeira aproximação, a mediação em dispositivos de memória e informação sobre as ditaduras civis-militares latino-americanas.

Para desenvolver o tema, discutimos o conceito de dispositivo de memória e informação e os processos de mediação da informação, no contexto específico dos serviços de informação.

Atualmente, o fenômeno da emergência da memória das ditaduras civis-militares latino-americanas se expressa, principalmente, de maneira objetiva, ou seja, por meio da cultura material, através de lugares, acervos de história oral, arquivos, monumentos, filmes, entre outros. A construção crítica da memória, por meio de organismos oficiais voltados à preservação e disseminação do conhecimento crítico das ditaduras, continua sendo imprescindível, também.

As ditaduras civis-militares latino-americanas surgidas a partir de 1964 (golpe civil-militar no Brasil), em países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai), de um modo geral, guardadas as suas respectivas características específicas, são caracterizadas pelo Terrorismo de Estado. Esse conceito é utilizado para designar a forma de violência estatal adotada pelas ditaduras, como parte da gestão dos conflitos políticos e da manutenção da ordem social (Franco, 2015). Refere-se à potencialização de todos os mecanismos de repressão sistemática para controle e disciplinamento dos segmentos sociais, que desafiaram as relações de dominação e a ordem política instituída (Seguel, 2019). Ademais, constitui uma estrutura de dominação e disciplinamento aplicada de acordo com os preceitos das doutrinas de segurança nacional de cada país (Padrós, 2013).

Com o ocaso dos regimes militares no continente, a partir de meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, no âmbito da Justiça de Transição, desvelou-se a perspectiva de revelar a verdade, julgar os agentes do Estado perpetradores de violações dos direitos humanos e reformar as instituições responsáveis pelos abusos do passado por meio de políticas públicas, normas, iniciativas, projetos e práticas (Reátegui, 2011). Uma das dimensões fundamentais da Justiça de Transição é, também, a construção da memória (Teitel, 2000). Muito embora cada país latino-americano tenha adotado uma agenda própria para lidar com o seu passado traumático e tenha conseguido implementar, em maior ou menor grau, medidas de Justiça de Transição, estes apresentaram, de um modo geral, os mesmos dilemas, entraves e obstáculos sobre como historicizar criticamente as memórias das ditaduras (Napolitano, 2015).

Dessa forma, em contextos de transição e mudanças políticas existem algumas diretrizes para se analisar o papel da memória na reconstituição das fissuras deixadas pelo trauma social causado por regimes autoritários ou práticas genocidas. Por sua plasticidade, a memória está sempre aberta às construções e reconstruções e está sempre inserida em

determinado contexto político, cultural e social específico. Por ser representação do passado, há a coexistência heterogênea de memórias, muitas vezes antagônicas, que interagem entre si e, muitas vezes, não é possível separar nitidamente a memória do esquecimento. Por isso, todo trabalho sobre a memória exige seleção, negociação e problematização. Por seu poder de agenciamento, a memória é um poderoso vetor de mudanças políticas, capaz de transformar a relação dos indivíduos com o passado e promover a revisão de valores anteriormente formados (Assmann; Shortt, 2012).

O êxito das políticas públicas de transformação de lugares de repressão em dispositivos de memória depende, sobremaneira, do desenvolvimento de programas e ações de mediação para que os fatos traumáticos provocados pela violência do Estado não sejam esquecidos. Além de exercerem essa função central, os dispositivos integram o rol das medidas de compensação simbólica das vítimas e da sociedade como um todo.

Os dispositivos aqui discutidos, são artefatos materiais construídos intencionalmente (Buckland, 1991). A memória e os objetos colecionados por esses dispositivos são variados, expressos em diferentes linguagens (verbais, sonoras, imagéticas). Para serem apropriados e incorporados como conhecimento pelos usuários, tais coleções são organizadas pela aplicação de uma cadeia de operações intelectuais. Memória e informação são igualmente expressas e comunicadas pela linguagem.

A linguagem não é um objeto trivial. Inúmeros campos do conhecimento (Filosofia, Lógica, Psicologia e Linguística, entre outros) estudam a linguagem, sobretudo quando se trata da significação. Dito de outra forma, para garantir que o receptor compreenda as mensagens produzidas e veiculadas, os dispositivos criam sistemas de significação específicos para cada tipo de ação de mediação. Se adaptarmos a proposição do antropólogo Levi-Strauss: a informação seria o “cru” e o conhecimento o “cozido” (Burke, 2012).

No caso dos dispositivos de memória e informação, a memória inscrita em suportes variados é submetida a operações sucessivas de análise, síntese e representação (Burke, 2012; Dodebei, 2010; Ribeiro, 2019). Em outras palavras: para atingir a potencialidade máxima, não é suficiente armazenar os objetos e registros e oferecê-los em estado bruto (cru), ao contrário, a apropriação pelo público depende de diferentes processos de tratamento e mediação.

No que se refere especificamente aos dispositivos de memória e informação das ditaduras civis-militares na América Latina, permeados pelo trauma social, a mediação da informação ganha especial importância no sentido de tornar a memória ali depositada, ao

mesmo tempo, em um instrumento pragmático de conhecimento e uma poderosa arma de ação política contra a amnésia (Meneses, 2018).

Assim, por meio deste estudo, procura-se evidenciar como os processos de mediação podem contribuir para a construção da memória coletiva e para o fortalecimento da democracia. Ao analisar a ressignificação de lugares traumáticos em serviços de informação e os processos de mediação desenvolvidos nesses espaços, é possível perceber com maior nitidez os impactos das iniciativas de políticas públicas de memória para a historicização do passado enquanto mecanismos de transformação e conscientização da sociedade através da educação e da cultura.

## **2 DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO SOBRE AS DITADURAS LATINO-AMERICANAS**

A partir de pesquisas sobre a construção crítica da memória (Jelin, 2002; Thiesen, 2011; Winn, 2014), das ditaduras civis-militares (Dreifuss, 1981), na América Latina, é possível identificar um ciclo vital (Bellotto, 2005) dos lugares de memória.

De forma geral, esses lugares são socialmente marcados, por terem sido utilizados com diferentes propósitos durante as ditaduras. Constata-se que muitos deles, hoje reivindicados, fizeram parte do aparato de repressão política do Estado.

Contra o silenciamento e o esquecimento das violências aí praticadas, a sociedade civil luta por sua preservação e ressignificação (Jelin, 2002; Gohn, 2007). Uma vez exitosamente recuperados, os espaços, que escaparam das tentativas de esquecimento, são oficializados, institucionalizados. A patrimonialização e a proteção legal são expressões do reconhecimento, pelo Estado, da importância histórica desses lugares.

Sua institucionalização como equipamento público é concretizada, muitas vezes, pela transformação desses aparatos em dispositivos culturais sob a forma de serviços de referência (Grogan, 2001), destinados ao trabalho sobre a memória coletiva. Muitos dos lugares de memória ressignificados e convertidos em instituições consolidadas decorrem de políticas de reparação dos danos causados pela violência do Estado aos que se opuseram ao regime de exceção.

Lugar de memória é um conceito cunhado pelo historiador Pierre Nora (1993). Conforme Ulpiano Bezerra de Meneses (2018), hoje a expressão “lugar de memória” foi

vulgarizada. Designa, muitas vezes, uma memória vicária, substituta, de segunda categoria, da qual decorre a memória protética, produzida fora do sujeito e derivada da indústria cultural e das pressões midiáticas. Originalmente, o termo foi cunhado para enfatizar a incapacidade da sociedade moderna de lembrar, que em decorrência das rápidas mudanças proporcionadas pelo sistema capitalista vive em permanente desconexão com o passado e, em decorrência do temor constante de perda, é acometida da necessidade de preservação frenética, em contraposição à memória primária, vivida, compartilhada e multidirecional (Meneses, 2018). Contudo, a discussão do termo em si e as possibilidades teóricas de seu uso em contextos traumáticos, especificamente pós-ditaduras civis-militares, ainda não tem sido objeto de pesquisas sistemáticas, como observa Allier-Montañó (2008).

Em uma primeira aproximação, constata-se, a grande variação terminológica e conceitual atribuída aos espaços que foram palco de repressão, resistência, trauma, violações de direitos humanos e luto. Na literatura consultada, encontramos as seguintes designações: “territórios de memória” (Catela, 2001); “locais traumáticos” (Assmann, 2011); “sítios de memória” (Guglielmucci; Lopez, 2019); “sítios de consciência” (Brett *et al.*, 2007); “lugares de dor e vergonha” (Logan; Reeves, 2009); “patrimônios difíceis” ou “patrimônios sombrios” (Meneguello; Pistorello, 2021); “lugares de memória difícil” (Cymbalista, 2017).

A variação nas formas de expressão e a amplitude conceitual de cada denominação, reflete, certamente, os diferentes contextos espaciais e temporais em que emergiram, fato que merece estudo aprofundado. Nas pesquisas e práticas concretas que realizamos, propomos utilizar o termo “dispositivo de memória e informação” para agrupar as variantes acima citadas, com a seguinte definição: lugar/instituição voltada para a construção crítica da memória e despertar senso crítico sobre as ditaduras latino-americanas. Não se trata, portanto, de apenas somar mais um termo e obscurecer/apagar as demais variantes; ao contrário, estabelecer equivalência entre as diversas denominações, é um recurso semântico pragmático, dito anel de sinônimos, para conferir consistência à organização de informações sobre a memória política. Observa-se, também, que o termo dispositivo é utilizado por muitas disciplinas. É útil lembrar, ainda, que o termo não é novo. Segundo Agamben (2009, p. 29), um dispositivo tem função estratégica. Tal função resulta do cruzamento de relações de poder e de saber, inspirado em Foucault, que define dispositivo como o conjunto de instituições que concretizam as relações e os mecanismos de poder lançando mão de processos de subjetivação e regras apropriadas a cada contexto. A eficácia e a potência do dispositivo,

segundo a proposição foucaultiana, decorrem de sua natureza dinâmica e mutável, ou seja, de sua capacidade de reconfiguração interna e externa. A heterogeneidade do dispositivo o torna uma máquina de fazer ver e falar e conduzem aos processos de subjetivação (Silva, 2014).

No contexto da Ciência da informação, a pesquisadora Vivianne Couzinet define dispositivo como um conjunto de elos que une diversos atores: os produtores de informação; os que promovem sua circulação, os que facilitam sua distribuição e os que dela se apropriam, em contextos definidos. A caracterização proposta pela autora permite aproximar os lugares de memória política das ditaduras aos chamados dispositivos documentais primários (Couzinet, 2021) que documentam, sendo, ao mesmo tempo, vestígios materiais e difusores de memória e de informações. Portanto, o sintagma “dispositivo de memória e informação” procura incorporar os traços semânticos propostos por Foucault, Agamben e Couzinet.

Discutiremos, a seguir, o museu, um tipo específico de dispositivo de memória e informação, definido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), como uma instituição permanente, sem fins lucrativos. Cabe ao museu pesquisar, colecionar, conservar, interpretar e expor o patrimônio material e imaterial. Os museus, devem ser acessíveis, inclusivos, promover a diversidade e a sustentabilidade. Operam de maneira ética e profissional para oferecer experiências de apreciação, reflexão e compartilhamento de conhecimentos (ICOM, 2022). São instituições que podem ser encaixadas, ao lado de bibliotecas, arquivos e centros de cultura, dentro do conceito geral de dispositivo de memória e informação.

A musealização transforma os objetos construídos pelo homem em "objetos de museu" que, por sua carga simbólica permitem reconstituir contextos culturais, sociais e históricos (Suano, 1986). Não são raras, porém, as críticas aos museus. Paul Valéry (1960) descreveu-o como locais que abrigam "visões mortas" pelo fato de as obras serem apresentadas de forma desconectada. Assim, perdem a vitalidade original, tornam-se objetos desprovidos de significado. Para Foucault os museus são não-lugares porque justapõem “em um lugar vários espaços que seriam ou deveriam ser incompatíveis” (Foucault, 2013 p. 14).

A forma fetichizada da memória é outro obstáculo que desafia os museus. Transformados em espaços rentáveis, podem converter a memória em mercadoria. Segundo Karl Marx (2017, p. 146) “a mercadoria aparenta ser algo simples, trivial, mas sua análise revela um caráter místico”. A sua forma fetichizada aparece apenas enquanto valor de troca e não como um produto social do trabalho humano ou como uma construção coletiva.

Nessa ótica, as relações sociais são obscurecidas pelas formas econômicas. As relações humanas convertem-se em relações entre coisas (mercadoria e dinheiro). Indubitavelmente, a memória, ao assumir a forma de produto cultural distribuído e comercializado como tal, perde sua função social, sua força positiva, libertadora, transformadora, deixando de ser vetor de mudanças políticas.

A neutralização da cultura decorrente da nova conformação dos museus é um problema que não pode ser ignorado. Muitos são construídos para a obtenção de lucros, mediados por diferentes atores: Estado, empresas privadas, meios de comunicação, críticos de arte, publicações especializadas, que se associam e determinam tanto o gosto quanto as áreas prioritárias de investimento (Fabrini, 2008; Arantes, 1991).

Como explicita Otília Arantes (1991), os novos museus transformaram a relação do espectador ao introduzir uma cultura de recolhimento descartável. Esses museus encenam a ideologia que os anima, criando uma sociabilidade fictícia e estetizada. As obras são retiradas de seu contexto original e transformadas em objetos de contemplação, em espaços que reforçam a descontextualização, ao invés de promoverem uma interação mais significativa e engajada com o público. Isso, segundo a autora, é reflexo de um sintoma da cultura contemporânea, que transforma a experiência em um fetiche (Arantes, 1991).

Atualmente, o museu moderno, para ser atrativo ao público, precisa ser interativo, imersivo, confortável e digital. Os efeitos desse formato em museus oriundos de trauma social das ditaduras ainda devem ser estudados, pois, uma das principais tarefas de um museu de memória é ser desconfortável, no sentido de instigar o público ao questionamento sobre o sofrimento ali vivido. Como assevera Ulpiano Bezerra de Meneses (2018), a imersão sem posterior emersão é sempre um perigo no museu e indaga: a representação museal dos traumas do passado seria a cura ou o traumatismo reencenado?

### **3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

A complexidade dos caminhos percorridos pelas instituições de cultura em geral e dos dispositivos de memória e informação, em particular, tem levado pesquisadores de diversas áreas a tomarem como objetos de estudo os processos comunicacionais e informacionais realizados nesses espaços sob o termo Mediação.

A mediação, conforme Yves Jeanneret (2009), que foi professor da Sorbonne e pesquisador da área da Comunicação/Ciência da Informação, é definida como uma complexa teia de interações sociais, técnicas e culturais, que ocorre em diferentes dispositivos, em contextos variados. Mediação e Uso são noções complementares. Enquanto a mediação destaca a construção social e cultural dos processos comunicacionais, o uso enfoca a interação dos indivíduos com os dispositivos. Ao diferenciar mediação e uso, Jeanneret contribui para uma compreensão mais profunda e holística dos processos informacionais e comunicacionais, mostrando como esses dois conceitos se interrelacionam para formar a base da comunicação efetiva e significativa (Jeanneret, 2022).

Regina Marteleto (2022) explora a mediação como um conceito multifacetado, destacando suas diferentes aplicações e a importância de entender seus múltiplos aspectos. A mediação, segundo a autora, não é apenas um ato social, mas também uma categoria antropológica e profissional. Ela enfatiza que a mediação é essencial para a construção e circulação do conhecimento, destacando o papel dos intermediários na comunicação e na formação de significados culturais.

A pesquisa sobre a mediação, segundo Jeanneret (2009), se articula em torno de três eixos: ferramenta de descrição dos processos informacionais e comunicacionais; forma de requalificação social das dinâmicas culturais; meio de questionar o próprio papel do pesquisador na circulação do conhecimento.

O autor destaca também os três planos fundamentais da mediação:

- 1) **Plano do processo:** definido como a habilidade de descrever os processos de informação e comunicação para distinguir as operações que alimentam a análise desses processos;
- 2) **Plano social:** a mediação revela a natureza social e política dos processos de comunicação, de modo a destacar novas relações entre dever-fazer e poder-dizer. Nesse plano, enfatiza-se a forma como os dispositivos de comunicação moldam ativamente as percepções e os papéis sociais;
- 3) **Plano da reflexividade:** refere-se à consciência crítica dos atores que produzem conhecimentos sobre informação e comunicação, ressaltando a importância de examinar de perto como as próprias práticas de pesquisa contribuem para a produção e circulação de saberes, desafiando a ideia de neutralidade e objetividade na produção de conhecimentos (Jeanneret, 2009).

A mediação e o uso dos dispositivos de cultura e informação são observados dentro de um quadro amplo. É central na abordagem a interação dos usuários com os dispositivos de memória e informação. No entanto, as pesquisas sobre o tema tendem a enfatizar a funcionalidade dos objetos; portanto, a dimensão simbólica e representacional é, não raro, relegada a um segundo plano, segundo Jeanneret:

O trabalho de descrição dos processos de informação necessita estudar um complexo de objetos que redistribui em permanência o social, o simbólico e o técnico (Jeanneret, 2022, p. 53).

Davallon (2007), por sua vez, afirma que, por meio da mediação, os dispositivos procuram construir pontes entre dois universos, a saber, o público e o objeto cultural. Ademais, o autor destaca ao menos três componentes constantes na formação da definição teórica de mediação: a intersubjectividade, a linguagem e o político. Pode-se afirmar que a visão de Davallon não se diferencia da Ação cultural proposta por Teixeira Coelho (1997). Na referida obra, a Ação Cultural é definida como:

Conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural. Para efetivar-se, a ação cultural recorre a agentes culturais previamente preparados e leva em conta públicos determinados, procurando fazer uma ponte entre esse público e uma obra de cultura ou arte. A ação cultural pode voltar-se para cada uma das quatro fases, níveis ou circuitos do sistema de produção cultural: produção, distribuição, troca e uso (ou consumo) (Coelho, 1997).

Os dispositivos de memória e informação das ditaduras civis-militares da América Latina, objeto central de nossas pesquisas, apresenta várias facetas que se complementam: reúnem provas testemunhais dos horrores perpetrados por regimes autoritários; lançam um olhar crítico sobre o passado; são considerados como uma forma de compensação simbólica dos que foram atingidos pelas ditaduras.

Justamente por sua materialidade, os lugares adquirem o estatuto de prova documental das violações dos direitos humanos por regimes autoritários. As lutas por sua institucionalização visam assegurar o direito à memória, à verdade e à justiça. Nessa direção, formulam estratégias de comunicação que possam estabelecer vínculos entre os documentos

e os usuários. Seu propósito, intencional e objetivamente construído, é fazer reverberar a coleção que armazena e trata (Ortega, 2024), mesmo que restrita ao próprio lugar ou edifício.

Souza e Crippa (2009), sugerem que a mediação da informação pode ser realizada por qualquer dispositivo que armazena registros da memória social. Porém, os sujeitos somente serão capazes de se apropriar dos bens culturais e fazer uso da informação, se dominarem os processos de produção de sentidos e significados que a educação pode propiciar. Atrelados à educação, esses lugares serão capazes de desempenhar sua função primordial de conscientização das futuras gerações.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, sobre a mediação em dispositivos de memória e informação, procuramos apresentar os traços mais significativos dos lugares de memória das ditaduras civis-militares latino-americanas. Em analogia com os arquivos, pode-se considerar que os dispositivos de memória têm um ciclo de vida. Após variados usos, durante as ditaduras, os lugares passaram por um estágio intermediário. Aqueles que não foram destruídos, apagados, desfigurados ou ocultados, se transformaram em documentos históricos.

Esse resultado decorreu da aliança entre as vítimas da violência do Estado com as frações democráticas da sociedade. Procura-se, dessa forma, assegurar a constituição e preservação de um patrimônio significativo para a sociedade democrática, sob a guarda de instituições de memória e informação.

Esses lugares, no entanto, estão inseridos em relações de poder e disputas políticas. Portanto, dentro do processo complexo e não linear de lutas pela memória, os percalços, reveses e as ameaças estarão presentes, mesmo no caso de dispositivos ressignificados e consolidados. Portanto, a mediação assume um papel fundamental. Comunicar a informação torna-se essencial para despertar o senso crítico, conscientizar a sociedade sobre as causas e efeitos dos eventos traumáticos do passado.

Um dispositivo de memória pode enfrentar também a complexa questão da fetichização da memória provocada pelas ações de privatização que ocorrem em economias de mercado. A memória, transformada em mercadoria de consumo de massa, perde o caráter libertador e conscientizador.

Por essas razões, enfatizamos a importância da mediação em dispositivos de memória e informação. É um tema que requer aprofundamento para que os projetos de mediação sejam fundamentados em teorias e métodos robustos. Sem mediação adequada, objetiva, contextualizada e eficiente, o dispositivo pode se tornar inócuo. Desprovido de apoio social, pode perder sua aura simbólica e transformadora.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó/SC: Argos, 2009.
- ALLIER-MONTAÑO, Eugenia. Places of memory. Is the concept applicable to the analysis of memorial struggles? The case of Uruguay and its recent past. **Cuaderno CLAEH**, Montevideo, v. 4, nov. 2008.
- ARANTES, Otília B. F. Os novos museus. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 31, p. 161-169, out. 1991.
- ASSMAN, Aleida. **Espaços de recordação**. Campinas: Unicamp, 2011.
- ASSMANN, Aleida; SHORTT, Linda (ed.). **Memory and political change**. Londres: Palgrave Macmillan, 2012.
- BELLOTO, Heloisa. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BRETT, Sebastian *et al.* **Memorialización y democracia**: políticas de Estado y acción civil. [Santiago? : s. n.], 2007. Informe baseado na Conferencia Internacional Memorialización y Democracia: Políticas de Estado y Acción Civil, realizada entre el 20 y el 22 de junio de 2007 en Santiago, Chile. Disponível em: <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-Global-Memorialization-Democracy-2007-Spanish.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, Silver Spring, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012.
- CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória**: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec/ Anpocs, 2001.
- COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 1997.
- COUZINET, Viviane; NUNES, Martha Suzana Cabral; CUSTÓDIO, Kátia Maria Coelho de Carvalho. Os dispositivos: questões documentais. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, Aracaju, v. 5, p. 1–20, 2022. DOI: 10.33467/conci.v5i.18041. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/18041>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CYMBALISTA, Renato. Lugares de memória difícil: as medidas da lembrança e do esquecimento. *In*: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz (org.). **Patrimônio Cultural: memória e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume: Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017, p. 231-236.

DAVALLON, Jean. La médiation : la communication en procès?. **Médiations & médiateurs**, Paris, n. 19, p. 38-59, 2003.

DODEBEI, Vera. **Informação e memória: contribuições teóricas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <http://www.ufrj.br/docente/dodebei/memoria.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

FABBRINI, Ricardo. A fruição nos novos museus. **Especiaria: cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 11, n. 19, jan./jun. 2008, p. 245-268.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: Edições n. 1, 2013.

FRANCO, Marina. Do terrorismo de estado à violência estatal: problemas históricos e historiográficos no caso argentino. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

GUGLIELMUCCI, Ana; LÓPEZ, Loreto. La experiencia de Chile y Argentina en la transformación de ex centros clandestinos de detención, tortura y exterminio en lugares de memoria. **Hispanic Issues**, Minneapolis, v. 22, p. 57-81, Spring 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **Museum Definition**. [Paris?]: ICOM, 2022. Disponível em: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>. Acesso em: 1 mar. 2024.

JEANNERET, Yves. La relation entre médiation et usage dans les recherches en information-communication en France. **RECIIS: Electronic Journal of Communication Information & Innovation in Health**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 25-34, Sep. 2009.

JEANNERET, Yves. A relação entre mediação e uso no campo da pesquisa em informação e comunicação na França. *In*: MARTELETO, Regina; SALDANHA, Gustavo (org.). **Yves Jeanneret: trivialidade e mediações da cultura**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 45-65.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002.

LOGAN, William.; REEVES, Keir (ed.). **Places of pain and shame: dealing with "difficult heritage"**. USA: Routledge, 2009

MARTELETO, Regina; SALDANHA, Gustavo. **Yves Jeanneret**: trivialidade e mediações da cultura. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

MENEGUELLO, Cristina; PISTORELLO, Daniela. Apresentação - patrimônios difíceis e ensino de História: uma complexa interação. **Revista História Hoje**. São Paulo, v.10, n. 19, p. 4-11, jan./jun. 2021.

MENESES, Ulpiano T. A memória social e o patrimônio cultural. **Estudos Históricos**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 77-92, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. *In*: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. v. 1.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, jul./dez. 1993.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Organizar para socializar**: a função social da mediação documentária. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

PADRÓS, E. S. Ditaduras de segurança nacional em regiões de fronteira: o Rio Grande do Sul e a Rede de Direitos Humanos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal, 2013.

REÁTEGUI, FÉLIX (org.). **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

RIBEIRO, Fernanda. Memória, informação e Ciência da Informação. *In*: OLIVEIRA, Eliane; RODRIGUES, Georgete. **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Editora UNB, 2019.

SEGUEL, Pablo. **Derechos humanos y patrimonio**: historias/memorias de la represión (para) estatal en Chile. Santiago, Chile: Ediciones del Servicio Nacional del Patrimonio Cultural, 2019.

SILVA, Priscila da. Dispositivo: um conceito, uma estratégia. **Profanações**, ano 1, n. 2, p. 144-158, jul./dez. 2014.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 207-223, set./dez. 2009.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEITEL, Ruti G. **Transitional justice**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

THIESEN, Icléia (org.). **Imagens da clausura na ditadura militar de 1964:** informação, memória e história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

VALÉRY, Paul. Le problème des musées. *In*: HYTIER, Jean (ed.). **Paul Valéry - Oeuvres II**. Paris: Éditions Gallimard, 1960, p. 1290-1293.

WINN, Peter (ed.). **No hay mañana sin ayer:** batallas por la memoria histórica en el Cono Sur. Santiago: LOM Ediciones, 2014.